

O IPTU E OS RICOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 17/02/92

Na origem da crise que o Brasil hoje atravessa está a encarniçada resistência dos ricos a pagar impostos. É esta a causa fundamental da crise fiscal do Estado, que levou o país, nos anos oitenta, a altas taxas de inflação, a queda dos investimentos e a inflação. Esta resistência está tendo agora uma manifestação dramática em São Paulo, quando uma enorme campanha contra o aumento do IPTU, iniciada por órgãos de representação patronal, como a Federação das Indústrias e a Federação do Comércio - recebe o apoio da grande imprensa, de "juristas" liberais e afinal do Tribunal de Justiça do Estado.

Sem dúvida a crise fiscal no Brasil foi causada também pelas distorções causadas pelo crescimento excessivo do Estado. Nesse processo o Estado, como acontece ciclicamente em toda parte do mundo, foi sendo vítima dos interesses especiais de grupos - de burocratas, que queriam maiores salários, de políticos, que queriam maior número de empregos, de capitalistas, que desejavam maiores subsídios ou incentivos. Esses grupos privatizaram o Estado, submetendo-o aos seus interesses pessoais. Por isso é urgente reformar o Estado, reduzi-lo.

Mas esses mesmos grupos também se encarregaram de levar o Estado a insolvência pela recusa de pagar impostos. E neste campo foram os ricos, mais do que qualquer outro grupo, que tudo fizeram para limitar ao máximo sua contribuição fiscal. Para isto adotaram e adotam todas as medidas possíveis: encontram mil formas de sonegar, utilizam de estratégias legais para evitar o pagamento de impostos, e exercem poderoso lobby junto aos parlamentos e aos órgãos de imprensa para evitar que os impostos sejam aumentados.

Apesar disso, entre 1930 e 1980 a América Latina se desenvolveu, utilizando como principal motor do desenvolvimento o Estado. Este, embora não fosse capaz de arrecadar impostos nos volumes necessários, e muito menos de assegurar progressividade ao imposto arrecadado, era capaz de obter poupança forçada (1) através do confisco das receitas de exportação de produtos primários como o café; (2) através da criação de fundos de previdência e capitalização, que nos primeiras décadas

de sua existência são estruturalmente superavitários; (3) através do imposto inflacionário; (4) através da criação de impostos indiretos especiais vinculados; e (5) através do lucro de empresas estatais monopolistas. Nos anos setenta, quando essas fontes de poupança forçada, que permitiam ao Estado financiar seus próprios investimentos e subsidiar a acumulação privada, se esgotaram, o velho modelo de desenvolvimento apoiado no Estado teve uma sobrevida graças ao endividamento externo. Esgotada também essa fonte de receita, sobreveio a crise.

Agora, para o Brasil superar sua crise fiscal, os ricos terão que pagar mais impostos. Por isso um notável jurista, Ary Oswaldo Mattos, foi chamado a colaborar com Marcílio na definição de uma reforma tributária. Mas o populismo econômico de direita hoje grassa neste país, levando os ricos a protestar contra qualquer aumento de impostos.

É dentro desse quadro de referências que é preciso entender a campanha desencadeada contra o aumento de 32 por cento do IPTU. Este aumento, neste ano, incidiu principalmente sobre as residências ricas, particularmente sobre os apartamentos da alta classe média, cujos impostos eram quase nominais. Mas a impressão que se tem, ao se ouvir as rádios, ao se ler os jornais, é a de que são todos os cidadãos paulistanos que sofreram o aumento dos impostos.

Na verdade, graças a aplicação da progressividade, que faz as alíquotas variarem de 0,2 a 1 por cento - prática que já se adota em São Paulo desde a administração Jânio Quadros - o Imposto Predial e Territorial Urbano incide fundamentalmente sobre os grandes contribuintes. Existem em São Paulo 2.241.000 contribuintes, dos quais os 500 mil mais pobres estão isentos, e os 50 mil mais ricos pagam 60 por cento. Sem dúvida devem haver erros nesse aumento dos impostos residenciais que ocorreu neste ano. A Prefeitura se revela disposto a revê-los. Mas uma coisa e rever erros, outra coisa é tentar levar as finanças da cidade ao caos, através de tentativas legislativas ou judiciárias buscando anular o aumento realizado.

São esses 50 mil que protestam agora, falando indevidamente em nome de 2 milhões. São ajudados por "juristas" de plantão, que se especializaram em, demagogicamente, declarar "inconstitucional" ou "ilegal" todo e qualquer aumento de impostos que os governo federal, estadual ou municipal tente fazer. Ninguém gosta de pagar impostos. Eu também não gosto. Mas é difícil encontrar um imposto mais justo do que o IPTU. Um imposto que distribua renda, em um país no qual a concentração de renda é escandalosa, uma das maiores do mundo. Um país moderno não pode conviver com essa desigualdade econômica tão violenta. O populismo econômico, entretanto, neste momento a serviço dos ricos, está gritando alto na cidade de São Paulo. A esperança é que os cidadãos responsáveis acabem gritando mais alto ainda.